SUMÁRIO

DIREITO DE FAMÍLIA

1. **Apresentação da matéria** 11
   1.1. Conceito e conteúdo 11
   1.2. Princípios básicos do Direito de Família 14
   1.3. Natureza jurídica do Direito de Família 17
   1.4. Evolução jurídica da família 19

2. **Do casamento — Noções gerais** 22
   2.1. Breve histórico 22
   2.2. Conceito e observações iniciais 23
   2.3. Natureza jurídica do casamento 25
   2.4. Características do casamento 26

3. **Da habilitação para o casamento** 29
   3.1. Observações iniciais 29
   3.2. Capacidade e idade núbil 29
   3.3. Casamento dos menores sem idade núbil 31
   3.4. Autorização para casar 32
   3.5. Atos de habilitação 35

4. **Dos impedimentos e das causas suspensivas** 39
   4.1. Considerações gerais e conceito 39
   4.2. Impedimentos matrimoniais em espécie 40
   4.3. Causas suspensivas em espécie 44
   4.4. Oposição de impedimentos e causas suspensivas 48

5. **Da celebração do casamento** 52
   5.1. Formalidades da celebração 52
   5.2. Casamento por procuração 57
   5.3. Casamento na hipótese de moléstia grave 60
   5.4. Casamento nuncupativo ou *in extremis* 61
   5.5. Casamento religioso com efeitos civis 64

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

6. Das provas do casamento 67
6.1. Prova ordinária e prova supletiva 67
6.2. Prova indireta do casamento 69
6.3. Prova judicial da celebração do casamento 71
6.4. Solução para o conflito de provas 71
6.5. Prova do casamento realizado no estrangeiro 72

7. Da invalidade do casamento 74
7.1. Casamento inexistente 74
7.2. Casamento putativo 78
7.3. Casamento nulo 80
7.3.1. Considerações iniciais 80
7.3.2. Hipóteses de nulidade do casamento 81
7.3.3. Ação de nulidade 82
7.4. Casamento anulável 85
7.4.1. Observações gerais 85
7.4.2. Hipóteses de anulabilidade do casamento 86
7.4.2.1. Defeito de idade 87
7.4.2.2. Falta de autorização para casar 89
7.4.2.3. Vício de vontade 91
7.4.2.4. Defeito no ato de consentir 96
7.4.2.5. Celebração com mandato revogado 97
7.4.2.6. Incompetência da autoridade celebrante 98
7.5. Culpa do cônjuge na anulação 98

8. Da eficácia do casamento 100
8.1. Princípio constitucional da igualdade 100
8.2. Efeitos pessoais do casamento 101
8.2.1. Observações necessárias 101
8.2.2. Direção da sociedade conjugal 102
8.2.3. Fidelidade recíproca 103
8.2.4. Coabitação 104
8.2.5. Mútua assistência 106
8.2.6. Sustento, guarda e educação dos filhos 107
8.2.7. Respeito e consideração mútuos 108
8.3. Efeitos patrimoniais do casamento 108
8.4. Outros efeitos do casamento 111

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

9. Da dissolução da sociedade e do vínculo conjugal 113
9.1. Considerações gerais 113
9.2. Iniciativa no âmbito administrativo 114
9.3. Causas de dissolução 115
9.4. Morte de um dos cônjuges 115
9.5. Nulidade ou anulação do casamento 118
9.6. Separação judicial 119
9.6.1. Modalidades previstas 119
9.6.2. Principais consequências 120
9.6.3. Legitimidade para o ajuizamento 122
9.6.4. Outros procedimentos relativos à ação 123
9.7. Separação judicial por iniciativa unilateral 124
9.7.1. Modalidades estruturadas 124
9.7.2. Separação judicial por violação de deveres 126
9.7.3. Separação judicial por rompimento fático 134
9.7.4. Separação judicial por doença mental 135
9.8. Separação judicial por mútuo consentimento 137
9.9. Divórcio 140
9.9.1. Formatação do instituto 140
9.9.2. Repercussões do divórcio 142
9.9.3. Análise das modalidades 145

10. Da proteção da pessoa dos filhos 149
10.1. Guarda unilateral e guarda compartilhada 149
10.2. Considerações em torno da fixação da guarda 152
10.3. Definição da guarda em situações específicas 156
10.4. Direito de visitas 158

11. Das relações de parentesco 161
11.1. Instituto do parentesco 161
11.2. Linhas e espécies de parentesco 163
11.3. Contagem de graus 166

12. Da filiação 168
12.1. Princípio da igualdade jurídica 168
12.2. Presunção de paternidade 169
12.3. Outros elementos referentes à presunção 174
12.4. Ação negatória de paternidade 176
12.5. Prova da filiação 179

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

13. Do reconhecimento dos filhos 183
13.1. Considerações gerais 183
13.2. Reconhecimento voluntário 184
13.2.1. Irrevogabilidade e firmeza do ato 184
13.2.2. Hipóteses de reconhecimento 185
13.2.3. Impugnação do reconhecimento voluntário 188
13.2.4. Contestação da maternidade 190
13.3. Reconhecimento judicial 191
13.3.1. Ação de investigação 191
13.3.2. Aspectos processuais da ação 192
13.4. Outras disposições 196

14. Da adoção 198
14.1. Nota 198
14.2. Art. 1.618. A adoção de crianças e adolescentes será deferida na forma prevista pela Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990 — Estatuto da Criança e do Adolescente 198
14.3. Art. 1.619. A adoção de maiores de 18 (dezoito) anos dependerá da assistência efetiva do poder público e de sentença constitutiva, aplicando-se, no que couber, as regras gerais da Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990 — Estatuto da Criança e do Adolescente 199
14.4. Estrutura básica prevista no Estaturo da Criança e do Adolescente 200
14.4.1. Idade mínima para adotar 200
14.4.2. Necessidade de processo judicial 201
14.4.3. Consentimento dos pais ou representantes legais 202
14.4.4. Estágio de convivência 204
14.4.5. Efeitos da adoção 205
14.4.6. Adoção por mais de uma pessoa 206
14.4.7. Adoção pelo tutor ou curador 208
14.4.8. Adoção por parentes 208
14.4.9. "Adoção à brasileira" 208
14.4.10. Adoção por estrangeiro 209
14.4.11. Direito de conhecer a origem biológica 210

15. Do poder familiar 211
15.1. Considerações gerais e conceito 211
15.2. Sujeitos do poder familiar 212
15.3. Exercício do poder familiar 214
15.3.1. Repercussões sobre a pessoa dos filhos 215
15.3.2. Repercussões sobre os bens dos filhos 220
15.4. Extinção e perda do poder familiar 221
15.5. Suspensão do poder familiar 225

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

16. Do regime de bens entre os cônjuges 228
16.1. Conceito e aplicação 228
16.2. Alteração do regime de bens 230
16.3. Atos que dispensam a outorga do cônjuge 232
16.4. Atos que não dispensam a outorga do cônjuge 237
16.5. Suprimento judicial e ratificação 240
16.6. Administração dos bens 242
16.7. Pacto antenupcial 244

17. Dos regimes em espécie 247
17.1. Do regime da comunhão parcial 247
17.1.1. Características básicas 247
17.1.2. Elementos excluídos da comunhão 248
17.1.3. Elementos incluídos na comunhão 252
17.1.4. Administração dos bens e responsabilidade por dívidas 254
17.2. Do regime da comunhão universal 257
17.2.1. Características básicas 257
17.2.2. Elementos excluídos da comunhão 257
17.2.3. Administração dos bens e responsabilidade por dívidas 260
17.3. Do regime de participação final nos aquestos 261
17.3.1. Características básicas 261
17.3.2. Apuração e divisão dos aquestos 264
17.3.3. Responsabilidade por dívidas 269
17.4. Do regime da separação de bens 271
17.4.1. Separação obrigatória 271
17.4.2. Separação convencional 273

18. Do usufruto e da administração dos bens de filhos menores 276
18.1. Alcance dos institutos 276
18.2. Atos dependentes de providências especiais 278
18.3. Bens excluídos do usufruto e da administração 279

19. Dos alimentos 281
19.1. Elementos e fontes da obrigação alimentar 281
19.2. Classificação dos alimentos 283
19.3. Mutabilidade da obrigação alimentar 288
19.4. Transmissibilidade da obrigação alimentar 289
19.5. Outras características 290
19.6. Qualidade de credor e de devedor 292
19.7. Alimentos na separação judicial 297
19.8. Cessação do dever alimentar 300
19.9. Mecanismos de cumprimento 301

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

20. Do bem de família 303
20.1. Conceito e instituição 303
20.2. Conteúdo material e restrições 305
20.3. Proteção jurídica do bem de família 308
20.4. Hipóteses de extinção 309
20.5. Proteção dada pela Lei n. 8.009/90 310

21. Da união estável 314
21.1. Conceito e características 314
21.2. Direitos e deveres dos companheiros 318
21.3. Outras disposições 320

22. Da tutela 322
22.1. Conceito e hipóteses de incidência 322
22.2. Tutela testamentária 323
22.3. Tutela legítima 325
22.4. Tutela dativa 326
22.5. Situação dos órfãos e dos abandonados 327
22.6. Incapacidade para o exercício da tutela 328
22.7. Escusa dos tutores 330
22.8. Exercício da tutela 333
22.9. Outros atos relativos à tutela 338
22.9.1. Atos que independem de autorização 338
22.9.2. Atos dependentes de autorização 339
22.9.3. Atos vedados 342
22.10. Responsabilidade e remuneração do tutor 343
22.11. Bens do tutelado 345
22.12. Obrigação de prestar contas 346
22.13. Cessação da tutela 349

23. Da curatela 352
23.1. Conceito e considerações gerais 352
23.2. Pessoas sujeitas ao instituto da curatela 354
23.3. Legitimados a promover a interdição 356
23.4. Curatela em situações peculiares 360
23.5. Outras atribuições do curador 361
23.6. Aspectos processuais 362

Bibliografia 365

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br